

**Impérios alimentares e a produção de frango de corte: Um estudo a partir dos
agricultores familiares integrados do município de Cachoeira-Bahia**

***Food empires and broiler chicken production: A study based on family farmers integrated
in the municipality of Cachoeira-Bahia***

Jánderon Santana dos Santos 1

Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Viçosa,
MG, Brasil,

Iridiani Graciele Seibert 2

Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Viçosa,
MG, Brasil,

Bianca Costa Lima 3

Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Viçosa,
MG, Brasil,

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O artigo analisa a atuação interescolar e monopolista dos impérios alimentares, do global ao local, com base no referencial teórico pertinente ao tema e no estudo da cadeia produtiva de frango de corte integrada à agricultura familiar no espaço agrário do município de Cachoeira no estado da Bahia, destacando as relações de controle e apropriação da força de trabalho familiar pelo capital global. Utilizou-se do método qualitativo para análise do objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica, a observação participante e a elaboração teórica pavimentaram o caminho para o tratamento dos dados primários, os quais foram extraídos da dissertação de mestrado de um dos autores deste artigo. Observou-se que a atuação dos impérios alimentares é ampla, seus agentes operam na esfera privada e pública para garantir seus interesses. O caráter monopolista atua na comercialização e distribuição, definindo os preços; na produção, exercendo controle produtivo por meio de matrizes, regulamentos e punições e; no consumo, definindo uma dieta alimentar padronizada, de baixa diversidade e valor nutricional para os consumidores. Diante do contexto de decapitalização e minifundiarização reflexo da concentração fundiária da região do Recôncavo baiano, infere-se que os agricultores familiares integrados a produção de frango de corte do município de Cachoeira, estão expostos a condições de trabalho precárias e insalubres e a exploração da mão de obra pelo capital global. Conclui-se que é papel do Estado construir alternativas frente aos impérios alimentares, em diálogo com as organizações sociais, para implementação e ampliação de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares, abrangendo a produção, o processamento e a garantia de compras com preços mínimos preestabelecidos, a exemplo temos o Programa de Aquisição de Alimentos em âmbito federal e o Programa de Criação de Galinhas Caipiras do governo do estado da Bahia.

Palavras-chave: agricultura familiar, espaço agrário, integração vertical, mercado.

Abstract: This article analyzes the inter-scalar and monopolistic performance of food empires, from the global to the local level, based on the theoretical framework relevant to the theme and on the study of the broiler chicken production chain integrated with family farming in the agrarian space of the municipality of Cachoeira, Bahia, highlighting the relations of control and appropriation of family labor by global capital. A qualitative method was employed to analyze the object of study. Bibliographic research, participant observation, and theoretical elaboration paved the way for the treatment of primary data, which were extracted from the master's thesis of one of the authors of this article. It was observed that the performance of food empires is extensive, with their agents operating within both the private sphere and the State to guarantee their interests. The monopolistic character operates in the market, setting prices; in production, exerting productive control through breeding stock, regulations, and sanctions; and in consumption, defining a standardized dietary pattern characterized by low diversity and nutritional value for consumers. Given the context of decapitalization and minifundiarization (the predominance of smallholdings), which reflects the land concentration in the country, it is inferred that family farmers integrated into broiler chicken production in the municipality of Cachoeira are exposed to precarious and unhealthy working conditions and to the exploitation of labor by global capital. It is concluded that it is the State's role to construct alternatives to counter food empires, in dialogue with social organizations, to implement and

expand public policies aimed at family farmers, encompassing production, processing, and the guarantee of purchases with pre-established minimum prices. Examples of such policies include the federal Food Acquisition Program (PAA) and the state government of Bahia's Free-Range Chicken Raising Program.

Keywords: agrarian space; family farming, market, vertical integration.

1. Introdução

A globalização e a modernização da indústria e agricultura proporcionaram ao mundo uma nova era, marcada pela circulação de informações, mercadorias e de capital. Entretanto, estes processos homogeneizaram a produção e fragmentaram as relações de trabalho, sociais, econômicas e culturais. A modernização da agricultura nos países em desenvolvimento estruturou os caminhos para o surgimento dos impérios agroalimentares (Santos, 2022; Harvey, 2005; Schneider, Schubert e Escher, 2016).

De acordo com Ploeg (2008, p. 258) “Os impérios alimentares de hoje são igualmente caracterizados por alterações permanentes e múltiplas de fronteiras. A própria noção de alimentos é redefinida através de fronteiras em constante alteração”. As empresas passaram a atuar globalmente com uma dinâmica interescalar e a agricultura com a produção de alimentos foi um dos ramos que se enquadrou e globalizou rapidamente com o impulsionamento das empresas agroalimentares. (Schneider, Schubert e Escher, 2016; Harvey, 2005).

A globalização e a modernização da agricultura no pós-guerra são responsáveis pelo aumento da produção agrícola de commodities no mundo, com o uso de agrotóxicos, sementes híbridas, adubação química, irrigação intensiva, além de máquinas e tecnologias que tornaram os processos quase industriais. Entre 1961 e 2020, a produção agrícola, principalmente das commodities aumentaram cerca de quatro vezes, ocupando aproximadamente 32% do globo terrestre. Esse crescimento acelerado é permeado por contradições socioeconômicas, fundiárias e ambientais, e por uma divisão internacional do trabalho bem definida, na qual os países do Sul Global são o motor do crescimento agrícola como países agroexportadores e extrativistas de recursos e bens naturais (Fuglie, Morgan e Jelliffe, 2024).

O espaço agrário brasileiro está imerso em relações de poder historicamente construídas pelos agentes que disputam a terra, a água, os recursos do Estado, os territórios e os modelos de produção agrícola. Entre esses agentes, destacam-se os agricultores familiares, camponeses, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores rurais sem terra e, com maior força econômica e política, os latifundiários, fazendeiros, empresários rurais e empresas agroalimentares (Santos, 2022; Oliveira, 2007).

Porém, o modelo de produção agrícola hegemônico é o modelo agroindustrial capitaneado pelo agronegócio e impérios agroalimentares, ambos focados na produção de commodities (grãos, biodiesel, gado, aves, suínos, etc.). Segundo Perez-Cassarino, Bosa e Simões-Ramos (2021, p. 449) “No Brasil, o golpe civil-militar de 1964 representou um campo aberto para a implementação das políticas alinhadas a este regime, cuja política econômica se deu sob grande influência da iniciativa privada e fortemente alinhada aos EUA”. Um modelo que altera as relações de produção, cultura e sociabilidade, e estabelece um regime alimentar global e homogêneo (Ploeg, 2008).

Os impérios agroalimentares estão envolvidos em uma cadeia produtiva complexa, atuando no fornecimento de insumos, na produção, no processamento e na comercialização. “O Império não tem uma única origem. Ele é, na verdade, o resultado de uma variedade de mundos sociotécnicos cada vez mais interligados” (Ploeg, 2008, p. 256). A exemplo temos as ligações dos setores industriais e agrícolas com o capital.

Parte da agricultura familiar brasileira está subordinada a esse modelo de produção agrícola, principalmente nas produções integradas de frango, suíno, tabaco, dendê, etc. A integração vertical, prevista na Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016, é uma das formas dos impérios alimentares obterem produtos para comercialização global, por meio da exploração e subordinação de agricultores/as familiares e camponeses, que passam a constituir força de trabalho para o capital global (Santos, 2022; Brasil, 2016; Perez-Cassarino, Bosa e Simões-Ramos, 2021; Ploeg, 2008).

Os agricultores/as familiares do município de Cachoeira estão inseridos em minifúndios, ou seja, propriedades abaixo de um módulo fiscal (trinta hectares) considerado a área mínima para que uma família consiga se reproduzir socialmente no espaço agrário. O processo de minifundiarização, ao longo das décadas, evidencia-se nos dados: em 1940, havia 255 propriedades identificadas como minifúndios; em 2017, esse número passou para 1.900 propriedades classificadas dessa forma, representando 90% do total e ocupando 24,5% da área agricultável do município (Santos, 2022; IBGE, 2017).

O município de Cachoeira, está localizado no Recôncavo da Bahia, estando a 120 km da capital, Salvador, e está próximo ao município de Feira de Santana que abriga o complexo agroindustrial da Avipal construído na década de 1990 que industrializou a produção de galináceas no estado (Lima, 2015; Santos, 2022).

A localização é crucial no processo de circulação de mercadorias e insumos, bem como na produção de commodities agrícolas no sistema agroalimentar. A produção de grãos, milho e

soja, no Oeste da Bahia, utilizados na alimentação de galináceas (frangos de corte e poedeiras), tem seu transporte realizado por meio das rodovias BR-116 e BR-242, que conectam esta região ao município de Feira de Santana (Lima, 2015; Santos, 2022; Ploeg, 2008).

A construção do complexo agroindustrial da Avipal em Feira de Santana, os frigoríficos, a Avicula Alecrim e a Avigro em Conceição da Feira e nas proximidades do município de Cachoeira, é um marco da industrialização da produção de frango de corte no estado. A produção de frango de corte após a industrialização deixa de ser produzida de forma independente e se torna em sua maioria integrada, inicialmente com propriedades capitalizadas e posteriormente com a agricultura familiar (Conceição, 2007; Lima, 2015; Santos 2022).

O artigo tem como objetivo analisar criticamente a atuação e o controle dos impérios alimentares na cadeia produtiva de frango de corte, bem como as relações estabelecidas, por meio da integração vertical, entre empresas e agricultores familiares do município de Cachoeira - Bahia. Em seguida, busca apresentar os elementos que contribuíram para o avanço da produção integrada e para a subordinação dos agricultores familiares aos impérios alimentares, enquanto mão de obra do capital global.

2. Revisão da Literatura

2.1. A modernização da agricultura e os impérios alimentares

O Estado brasileiro, sob a influência de agentes hegemônicos, como latifundiários, empresários rurais e empresas do setor agrícola, optou por um modelo de desenvolvimento agrário que está assentado nas desigualdades e que privilegia estes em detrimento dos demais segmentos sociais. A modernização conservadora da agricultura se concretizou sem que houvessem alterações na estrutura fundiária e nas desigualdades sociais, econômicas e raciais, excluindo camponeses, posseiros, meeiros e trabalhadores rurais sem terra do processo de desenvolvimento do país (Santos, 2022; Oliveira, 2007).

A modernização da agricultura brasileira seguiu um padrão agroexportador, caracterizado pela produção em larga escala, pela monocultura e pela especialização, favorecendo grandes produtores rurais e impérios agroalimentares. A atuação desses impérios é contínua na apropriação da vida, da agricultura e da alimentação, sendo essencialmente expansionista, o que resulta na alteração de fronteiras, na modificação dos padrões de consumo

alimentar, bem como na transformação da saúde e das identidades dos consumidores (Ploeg, 2008; Oliveira, 2007; Perez-Cassarino, Bosa e Simões-Ramos, 2021; Souza e Silva, 2020).

A atuação do capital econômico globalizado na agricultura prejudicou os agricultores familiares e camponeses nas duas extremidades da cadeia produtiva: primeiro, na produção, ao impor uma modernização baseada no consumo de máquinas, sementes híbridas e insumos industrializados; segundo, na comercialização, ao obrigá-los a vender seus produtos a preços inadequados no mercado de commodities, controlado pelos impérios alimentares (Santos, 2022; Oliveira, 2007).

A especialização da produção, seja no cultivo de grãos ou nas criações de animais, diminui a diversidade produtiva dos agricultores/as, reduzindo ou eliminando a produção para autoconsumo, cujos excedentes também se tornam fonte de renda, podendo ser comercializados em feiras livres e mercados locais (Mazoyer e Roudart, 2010; Cassol e Schneider, 2022).

Para garantir seus interesses, procedimentos e exigências, os impérios alimentares formulam e impõem matrizes que atuam nos processos que envolvem insumos, produção, consumo e comercialização de produtos alimentícios. Esses agentes também atuam de forma intensiva nas estruturas do Estado, apropriando-se de sua atuação na vida pública e orientando-a para atender a interesses privados, em detrimento da população e das organizações populares (Ploeg, 2008).

O Estado passa, então, a exercer um papel regulador, atuando para fortalecer os interesses dos impérios alimentares por meio de normas, leis e da construção de agendas voltadas a interesses privados nos setores financeiros e administrativos. (Ploeg, 2008; Oliveira, 2007). De acordo com Ploeg (2008, p. 261). “Os impérios atuais controlam ligações. São redes coercivas que exercem controle sobre ligações, nós e pontos de passagem estratégicos, enquanto as estruturas alternativas são bloqueadas ou eliminadas”. As estruturas alternativas de produção e comercialização utilizadas pelos camponeses e agricultores familiares sofrem com as imposições de regulamentações do Estado, a serviço desses agentes, sacrificando a segurança e a diversidade alimentar da população (Cassol e Schneider, 2022; Ploeg, 2008; Schneider, Schubert e Escher, 2016). Ainda, segundo o autor:

Os impérios alimentares são expressões integrais do Império como modo de ordenamento e governança. Por outras palavras, o Império se desenvolve não só nas lutas pelo petróleo no Afeganistão, Irã, e Iraque e em outras regiões de conflito do globo (Chomski, 2005); ele também se manifesta na agricultura, no processamento e consumo de alimentos e na conservação da natureza. As consequências do Império não se manifestam apenas nos muitos bairros degradados da América Latina e nos padrões de má nutrição associados (Ploeg, 2008, p. 261).

Os agentes dos impérios alimentares atuam tanto na economia virtual quanto na economia real, alcançando matrizes energéticas, alimentares, tecnológicas, etc. Operando no sentido de tornar ineficientes as leis trabalhistas e os direitos sindicais, que contribuem para melhores condições de trabalho e remuneração digna para os trabalhadores/as. Como exemplo, destacam-se as produções integradas, que garantem aos impérios agroalimentares o controle da produção e a apropriação da mão de obra familiar em condições de trabalho precárias.

2.2. O espaço agrário brasileiro e o monopólio dos impérios alimentares na produção integrada de frango de corte

O espaço agrário brasileiro é hegemonizado pelos agentes dos impérios agroalimentares, que subordinam ou excluem os agricultores/as familiares e camponeses de seu modelo de desenvolvimento, submetendo as populações a um regime alimentar e nutricional limitado, padronizado, empobrecido e cultural e ambientalmente inadequado. Esse processo se estrutura, inicialmente, a partir da concentração dos meios de produção, como a terra e as indústrias (Thomaz Junior, 2010; Fernandes 2013; Schneider, Schubert e Escher, 2016; Ploeg, 2008).

No contexto mundial, o Brasil ocupa uma posição de destaque na produção de commodities alimentares. No que se refere à produção de carne de frango, objeto de análise deste artigo, o país é o segundo maior produtor mundial e o primeiro em exportação, com participação de 36%, exportando cerca de 5,157 milhões de toneladas (Embrapa, 2024; Perez-Cassarino, Bosa e Simões-Ramos, 2021; Ploeg, 2008).

O desenvolvimento capitalista das forças produtivas na agricultura não buscava reduzir as desigualdades socioeconômicas; ao contrário, firmou e ampliou essas assimetrias, como explica Santos (2022, p.26):

O processo de desenvolvimento do capitalismo foi e é diferenciado, porém ocorre de forma desigual e combinada. A produção do espaço, em especial do agrário, faz parte de um processo que envolve diversos atores sociais e instituições que atuam coletivamente ou individualmente e de forma diferenciada, no qual os Agricultores Familiares e Povos e comunidades Tradicionais lutam, atualmente, por acesso à terra e políticas públicas, na tentativa de sobreviver à lógica imposta pelo modo de produção capitalista. Importante ressaltar que esse processo de dominação do espaço agrário brasileiro é marcado pelo massacre da população indígena e escravização dos povos do continente africano.

É nesse espaço marcado por contradições que os impérios alimentares inserem os agricultores familiares e camponeses em uma lógica de subordinação, por meio de contratos de

integração vertical, inicialmente voltados à produção de fumo, galináceas (frangos de corte e poedeiras) e suínos, e que, atualmente, se expandem para outros setores.

A produção integrada, ou integração vertical, é regida por uma relação contratual entre agricultores(as) familiares e camponeses e as empresas agroalimentares, nas quais estas detêm a exclusividade da compra. A partir desse vínculo, os agricultores passam a seguir todas as exigências da empresa à qual estão integrados. Nesse modelo, a empresa fornece insumos, assistência técnica e tecnologia, enquanto o agricultor disponibiliza a terra, financia a infraestrutura e emprega a mão de obra familiar (Lima, 2015; Filgueiras, 2013; Santos, 2022; Schneider, 2006).

Filgueiras (2013), vai tratar as produções integradas como velhas formas de exploração, terceirização e precarização do trabalho que ganha uma nova roupagem, em alguns setores produtivos do país. Para o autor (p. 232):

A chamada produção “integrada” se insere nesse cenário como mais uma forma de precarização e intensificação da exploração do trabalho. A “integração” é uma estratégia adotada por empresas de diferentes setores agroindustriais brasileiros para a organização de parte (ou todo) do seu processo produtivo. Elas contratam com exclusividade supostos e/ou pequenos produtores rurais para fornecimento de produtos. Esses produtos são constituintes do processo produtivo das empresas, quando não são as próprias mercadorias finais vendidas por essas tomadoras de serviços, que financiam, são proprietárias dos insumos, detêm o knowhow e determinam a técnica adotada no processo produtivo, incumbindo ao “integrado”, de fato, agregar valor à mercadoria através do dispêndio do seu trabalho.

Os impérios agroalimentares têm um objetivo bem delimitado com a integração vertical, reduzir os custos de produção, driblar ou flexibilizar os direitos trabalhistas, primeiro por não amortizar capital em infraestrutura, terra e instalações agropecuárias, ter trabalhadores disciplinados e especializados, e obter um produto final de qualidade. O produto gerado no processo de integração é da empresa e não do agricultor familiar ou camponês. Assim, se estabelece uma relação contratual, sem vínculo empregatício e de apropriação do produto final e do trabalho nele despendido.

Segundo Cruz, Teixeira e Pavan (2016) ao entrevistar empresas e agricultores que trabalham com a produção integrada de frango de corte na região do Paraguaçu no estado da Bahia. Os agricultores informaram na entrevista que a produção integrada foi uma alternativa ao desemprego que expõe a vulnerabilidade econômica desse grupo. Já a empresa Gujão Alimentos em entrevista aponta que:

[...] O Sistema Integrado foi implantado na empresa com o claro objetivo de terceirização das atividades de criação de aves, reduzindo custos com a manutenção dos padrões de qualidade através do acompanhamento dos parceiros/integrados, sendo estes remunerados por um fator de produção [...] (Cruz, Teixeira e Pavan, 2016, p. 07).

A empresa deixa nítidos seus objetivos com a produção integrada, que são terceirizar as atividades, reduzir os custos de produção por meio da transferência de responsabilidades para os agricultores integrados e ampliar o acúmulo de capital por meio da apropriação do trabalho alheio.

No entanto, os autores Cruz, Teixeira e Pavan (2016) avaliam que há apenas “problemas na parceria” ou na integração entre empresa e agricultor, concluindo que seriam necessários alinhamentos entre as partes para sua solução. Porém, outros autores como: Filgueiras, 2013; Lima, 2013; Santos 2022; Oliveira, 1986; Conceição, 2007 e; Pertille, 2001, não visualizam essa relação como “problemas na parceria”. Apontam em seus trabalhos que a relação contratual entre integrado e empresa, é marcada pela expropriação da mão de obra familiar e da propriedade, terceirização, subordinação, precarização do trabalho e assalariamento disfarçado. As conexões para garantir o monopólio dos impérios agroalimentares na cadeia produtiva de frango de corte é complexa, envolvendo na produção e processamento (material genético, incubatórios, engenharia de construção, indústria de equipamentos, energia e suprimento de água, defesa sanitária, indústria de rações, abatedouros, medicamentos, capacidade logística, etc.), na comercialização (redes varejistas e atacadistas, frota específica, marketing, etc.) Este setor conta ao seu dispor com o agronegócio da produção a comercialização, e agricultura familiar, com pequenas propriedades, mão de obra familiar e capacidade de financiamento de infraestrutura produtiva através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (Santos, 2022; Cassarino, Bosa e Ramos, 2021; Ploeg, 2008; Conceição, 2007; Lima, 2015).

O estado da Bahia representa 2,6% da produção nacional, onze municípios do estado representam 53% da produção de frango de corte, destacando-se entre eles: Feira de Santana, Conceição da Feira, Cachoeira, etc. A modernização do setor avícola no estado ocorreu na década de 1990 com a construção do complexo agroindustrial da Avipal em Feira de Santana, as principais empresas atuantes são: Avigro, Gujão Alimentos, JBS e Avícola Alecrim. Essa região tem o fator locacional que favorece a instalação dos impérios alimentares porque está próximo a rodovias importantes que facilitam no escoamento da produção, a chegada das tecnologias de produção e insumos, principalmente ração, que tem em sua composição soja e

milho, oriundos do Oeste do estado (Lima, 2015; Cruz, Teixeira e Pavan, 2015; Santos, 2022; Conceição, 2007).

As instalações da Avigro estão localizadas no município de Conceição da Feira, às margens da BR-101, próximas à divisa com o município de Cachoeira. A Figura 1 mostra a localização exata da Avigro e dos galpões de produção de frango de corte nas proximidades.

Figura 1 - Localização da Avigro Avícola Agroindustrial (Conceição da Feira) e galpões de produção de frango de corte (Cachoeira, São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira).



Fonte: Google Earth, 2022. Elaboração do autor, 2022.

A localização da Avigro é estrategicamente planejada, uma vez que a empresa se situa nas proximidades da área rural de três municípios, o que facilita a chegada dos insumos, o processamento e o escoamento da produção, bem como a distribuição dos recursos necessários aos agricultores familiares integrados (Santos, 2022). De acordo com Ploeg (2008, p. 266).

O Império estimula a monopolização. Os "pontos de entrada" das redes são bem defendidos. O Império regula, por exemplo, quem tem acesso a crédito e a capital. E ele que determina que apenas aqueles que trabalham para ele ou em seu nome podem ter esse acesso. O Império também controla os "pontos de venda". Fora do Império, geralmente é difícil chegar aos consumidores. Assim, o Império Representa um controle coordenado sobre os pontos de entrada e de venda. Esse controle específico representa um poder extra-econômico usado para monopolizar.

Para além do monopólio exercido pelos impérios agroalimentares nas possibilidades de financiamento da produção, que acabam por definir quais agricultores familiares irão integrar o sistema produtivo das empresas, observa-se que esses agentes também determinam quem terá acesso aos recursos públicos necessários ao desenvolvimento da produção. Para acessar o crédito, o agricultor familiar deve apresentar um projeto de viabilidade econômica e comprovar capacidade de pagamento, no entanto, caso não possua contrato prévio que garanta a compra da produção por uma empresa, dificilmente o projeto será aprovado.

A contradição reside no fato de que os recursos acessados são provenientes de instituições que operam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. A pesquisa identificou que os projetos aprovados no município de Cachoeira, em sua maioria, estão voltados à produção integrada de frango de corte (Santos, 2022; Lima, 2015).

2.3. Agricultura familiar do município de Cachoeira- Bahia

A agricultura familiar brasileira é reconhecida perante a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Para fins de acesso e implementação das políticas públicas voltadas aos setores marginalizados e excluídos do processo de modernização do espaço agrário do país. Assim, o Estado instituiu a Lei da Agricultura Familiar, que, na prática, abrange diversos grupos sociais, como camponeses, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, posseiros e meeiros, entre outros. Todos aqueles que se enquadram nas normativas da lei têm o direito de ser reconhecidos, bem como de obter o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) (Brasil, 2006; Baiardi e Alencar 2014).

A agricultura familiar, que representa uma diversidade de grupos socialmente construídos, ocupa uma posição importante no espaço agrário brasileiro, especialmente no que se refere à ocupação da mão de obra, à produção de alimentos e à diversidade produtiva e econômica. Esse segmento responde por 67% da mão de obra no campo, empregando cerca de 10,1 milhões de trabalhadores (IBGE, 2017).

O conceito de agricultura familiar tem origem na década de 1990, a partir deste marco, é conceituada teoricamente. De acordo com Abramovay (1997, p. 3).

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição

de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

A conceituação realizada pelo autor dialoga com aquela estabelecida pela lei; no entanto, ele alerta que, para fins acadêmicos e, acrescento, políticos, o conceito não é unânime. Para os fins deste trabalho, serão considerados agricultores familiares aqueles reconhecidos pela legislação, bem como aqueles cuja definição é melhor desenvolvida e descrita pela autora.

A agricultura familiar do município de Cachoeira, s encontra estabelecida em áreas de minifúndio. No município existem cerca de 1.900 minifúndios, que representam 95,5% dos estabelecimentos rurais, dos quais 937 possuem menos de um hectare; parte deles é utilizada apenas como moradia. Muitos desses minifúndios estão localizados próximos à BR-101, à Faculdade Adventista da Bahia, às empresas Mastrotto Reichert e Avigro, além de manterem relativa proximidade com o município de Feira de Santana, o que possibilita o acesso a empregos na indústria, em frigoríficos e no comércio (Santos, 2022; IBGE, 2017).

A descapitalização dos agricultores familiares e as dificuldades de acesso ao crédito interferem na autonomia, na renda familiar e na permanência no espaço agrário. Diante dessa situação, essas famílias desenvolvem estratégias de resiliência, como a venda de parte da propriedade e a pluriatividade, que consiste na realização de atividades agrícolas e não agrícolas, como trabalhos em propriedades vizinhas ou na cidade. Em muitos casos, a propriedade rural passa a desempenhar predominantemente a função de moradia (Santos, 2022; Oliveira, 2015; Mazoyer; Roudart, 2010; Schneider, 2003).

Diante deste contexto, aos agricultores familiares e camponeses, muitas vezes, resta submeter-se às aos modelos de produção apresentados pelos impérios agroalimentares para não ver-se sujeitos ao desemprego e à insegurança alimentar (Cassol e Schneider, 2022; Ploeg, 2008; Schneider, Schubert e Escher, 2016).

3. Metodologia

A abordagem metodológica utilizada no artigo é qualitativa, adotando a pesquisa bibliográfica para a fundamentação do referencial teórico (Rodrigues e Neubert, 2023). Os dados primários são oriundos das entrevistas semiestruturadas realizadas com os agricultores familiares do município de Cachoeira-Bahia, como parte da pesquisa de dissertação em

geografia do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, defendida em 2022, por um dos autores do artigo.

Os cinco agricultores familiares entrevistados foram indicados por lideranças comunitárias. Buscou-se selecionar agricultores com sistema de produção dos galpões distintos tecnologicamente (manual, semiautomatizado e automatizado), a fim de garantir a diversidade e um olhar mais aprofundado sobre o tema. Para compreender o contexto histórico do espaço agrário do município, foram realizadas quatro entrevistas com lideranças comunitárias (Duarte, 2004).

A participação em reuniões comunitárias, feiras da agricultura familiar, atividades do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e diálogos com membros das comunidades permitiram a análise de dados primários por meio do método da observação participante, possibilitando sustentar e confrontar os dados com o que foi observado em campo. Esse processo constituiu um momento de interação e aproximação entre o pesquisador e os interlocutores(as) da pesquisa (Demo, 1995; Borda, 1981).

Para a análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, com vistas à categorização dos agricultores familiares de acordo com a tipologia da agricultura familiar na produção de frango de corte realizada (Santos, 2022; Garcia, 1999). A categorização temática, ocorreu por meio da triangulação entre os dados obtidos nas entrevistas, os quais foram extraídas da dissertação, neste artigo com foco na produção de frango de corte realizada pelos agricultores familiares de forma integrada ou independente (Santos, 2022; Cardoso, Oliveira e Ghelli, 2021). O artigo considera o contexto observado e as inferências realizadas pelo pesquisador e pesquisadoras.

4. Discussão dos Resultados

Para compreender as contradições da atuação intercalar, do global ao local, dos impérios alimentares na produção de frango de corte, tanto integrada quanto independente, será apresentada no quadro 1, os tipos de agricultores familiares categorizados de acordo com as principais atividades, sistema de produção, mão de obra e principal fonte renda (Santos, 2022; Garcia, 1999).

Quadro 1 - Cachoeira: Tipologia da Agricultura Familiar na produção de frango de corte.

Tipo	Principais atividades agrícolas\ pecuária	Sistema de produção	Mão de obra	Renda Familiar
Tipo 1	Produção de frango no sistema integrado, mandioca em pequenas áreas e cultivos de autoconsumo.	Convencional (semiautomatizado a produção de frango) e produção de mandioca e agricultura de autoconsumo sem a utilização de insumos externos.	Mão de obra familiar.	Produção de frango no sistema Integrado.
Tipo 2	Produção de frango no Sistema Integrado e agricultura de autoconsumo.	Convencional (produção de frango manual) e agricultura de autoconsumo sem utilização de adubação química e sem agrotóxico.	Mão de obra familiar. (contratação em momentos pontuais).	Produção de frango no sistema integrado.
Tipo 3	Produção de frango no sistema integrado.	Convencional (totalmente automatizado).	Mão de obra contratada (microempresário).	Produção de frango no sistema integrado.
Tipo 4	Produção de frango independente	Convencional (manual) agricultura de autoconsumo.	Mão de obra familiar.	Produção de frango independente.
Tipo 5	Produção de frango integrada (parceiro ou assalariado disfarçado)	Convencional (manual).	Mão de obra familiar.	Produção de frango no sistema integrado.

Fonte: Entrevista, 2019. Elaboração do autor, 2026.

No tipo 1, a propriedade possui 6 hectares, adquiridos pela família por meio de compra. Conta com 2,2 hectares de pastagem, 4 cabeças de gado e 1,7 hectares destinados ao cultivo de mandioca. Há produção de frango de corte no sistema integrado (empresa não citada), com um galpão manual e outro semi-automatizado. São produzidos cinco lotes por ano, com 37 mil aves em cada lote. A empresa paga setenta e quatro centavos por unidade animal. As instalações foram financiadas por meio do Pronaf e com recursos próprios.

A mão de obra é familiar, composta por quatro pessoas. Relato do agricultor/a “[...] com a produção de frango melhorou pra mim, terminei minha casa, posso comprar coisas para minha família” [...] prefiro trabalhar integrado, porque já tenho garantia das vendas dos frangos” (Santos, 2022, p. 108). O monopólio dos impérios agroalimentares acaba por não deixar

alternativas viáveis, tornando a produção integrada um atrativo para a reprodução social da agricultura familiar (Ploeg, 2008; Santos, 2022).

Para o tipo 2, a propriedade foi adquirida por meio de herança familiar. Há produção de alimentos está voltada ao autoconsumo. Também há produção de frango de corte no sistema integrado (empresa não citada), com um galpão manual. A empresa paga setenta e quatro centavos por unidade animal. As instalações foram financiadas por meio do Pronaf. A mão de obra é familiar, composta por duas pessoas.

Os agricultores familiares dos tipos 1 e 2 relatam não ter tempo para trabalhar na produção de mandioca e nos cultivos de autoconsumo (hortaliças, frutíferas, raízes, tubérculos etc.). O tempo de trabalho é consumido quase que integralmente pela produção integrada de frango, de modo que, em alguns momentos, não sobra tempo nem para o descanso. Percebe-se como os impérios alimentares condicionam os pagamentos à eficiência produtiva dos agricultores e ao ganho de peso das aves ao final do processo. A subordinação da categoria aos impérios alimentares resulta em precarização das condições de trabalho e na insalubridade (Santos, 2022; Ploeg, 2008; Filgueiras, 2013). Em uma das entrevistas o agricultor/a familiar do tipo 1, fez o seguinte relato:

[...] não posso sair e ficar dias fora daqui, tenho que cuidar dos frangos, a gente aqui em casa se divide para cuidar dos frangos, mas eu fico na maior parte do tempo. [...] se aparecer uma raposa aqui pode assustar os frangos e matar os frangos de susto. [...] se a temperatura mudar tenho que baixar ou suspender a lona do galpão, tenho que ficar atento sempre [...] (Santos, 2023, p. 104).

Não são desenvolvidas pequenas criações (aves caipiras e suínos) nas propriedades familiares, por uma norma de exigência no contrato com a empresa, sendo o técnico da empresa responsável por orientar e fiscalizar. O controle exercido é extremamente rigoroso, não só em relação ao trabalho, mas a toda a propriedade. Observa-se, nas experiências pesquisadas, como os impérios alimentares operam a partir de matrizes, regras ou punições para fazer valer seus interesses em âmbito local (Ploeg, 2008; Santos, 2022; Petille, 2001).

Já no tipo 3, a propriedade, possui uma área de 14 hectares, foi adquirida por meio de compra. Desses, 5 hectares são destinados à reserva legal. A atividade pecuária conta com 25 cabeças de bovinos. Há também produção de frango de corte no sistema integrado com a Gujão Alimentos, em um galpão automatizado. São produzidos, em média, 5,5 lotes por ano, com 40 mil aves por lote. A empresa paga noventa e quatro centavos por unidade animal. A mão de obra é composta pelo agricultor e por dois funcionários contratados, que atuam tanto na

bovinocultura quanto na avicultura. O financiamento das atividades foi realizado com recursos próprios e por meio de sociedade com a família Pereira.

O tipo 3 possui melhores condições socioeconômicas e o sistema de produção moderno e tecnificado, e se define como microempresário associado à família Pereira, tradicional no município de Cachoeira, detendo poder econômico e político, tendo governado a prefeitura por 16 anos consecutivos. A empresa na qual está integrado, Gujão Alimentos em entrevista informa que:

[...] No processo de adesão ao modelo de integração exige-se que o pequeno produtor possua área rural situada num raio de 80 km em relação à sede da empresa com aviário equipado, energia elétrica, água em abundância e mão de obra para execução das atividades. O contrato assinado por 12 meses, passível de renovação, é avaliado com base nos resultados técnicos e econômicos do integrado [...] (Cruz, Teixeira e Pavan (2016, p. 07).

As responsabilidades econômicas, a mão de obra, a infraestrutura e o fator locacional da produção, que antes eram da empresa, passam a ser dos agricultores/as. As empresas alimentares, nesses territórios, articulam-se com as elites locais (fazendeiros, prefeitos e empresários) a fim de garantir seus interesses e sua expansão, sobretudo por meio da integração de agricultores familiares e da construção e manutenção das instalações (galpões, frigoríficos e equipamentos) (Santos, 2022; Ploeg, 2008; Lima, 2015).

A adoção de novos equipamentos e tecnologias são uma exigência das empresas, sendo obrigatória a sua aquisição pelos agricultores. Por se tratar de um setor tecnologicamente dinâmico, novas demandas podem surgir ao final de cada lote (Pertille, 2001; Santos, 2022). Para cada fase do processo produtivo, é utilizado um tipo específico de ração, sendo obrigatória a devolução das sobras.

Em um tipo 4, a propriedade, com área de 3,2 hectares, foi adquirida por meio de herança e compra. Possui produção diversificada voltada ao autoconsumo. A produção independente de frango é realizada em um galpão manual, com lotes de aproximadamente 18 mil aves, podendo haver variações. O número de lotes por ano não foi mencionado, devido à falta de exatidão. Os valores referentes as vendas, não foram informados. A mão de obra é familiar, composta por duas pessoas. O financiamento das atividades advém do Pronaf.

O tipo 4 expõe as dificuldades de acessar insumos e mercados de forma independente para a produção. Mencionou que pretende transformar o galpão em uma estufa de hidroponia para hortaliças, considerando as limitações que possui na produção de frango. O domínio de toda a cadeia produtiva pelos impérios alimentares impossibilita que agricultores

descapitalizados consigam produzir de forma independente, expondo o caráter monopolista desse modelo produtivo (Ploeg, 2008; Mazoyer; Roudart, 2010; Santos, 2022).

Por fim, em um Tipo 5, identificado como integrado ou assalariamento disfarçado, devido às maiores taxas de mortalidade das aves na produção de frango de corte, quando comparadas a outros sistemas, em razão da sensibilidade das aves a variações de temperatura, doenças, entre outros fatores. Diante disso, conforme observado pelas empresas, foi instituída uma forma de parceria ou arrendamento dos galpões com agricultores familiares descapitalizados. Nesse processo, esses trabalhadores deixaram de ser assalariados como pessoa física e passaram a atuar como parceiros na condição de pessoa jurídica. Nesse formato, o agricultor assume as responsabilidades pela produção no galpão da empresa e passa a incluir sua família como mão de obra (Lima, 2015; Santos, 2022).

Com a integração dos agricultores familiares como pessoa jurídica, o trabalho diário passa a não ter mais descanso e envolve toda a família, uma vez que é necessário atender às exigências técnicas, os prazos e às metas de produção e de conversão alimentar das aves. Nesse novo sistema, ocorrem perdas de direitos e processos de flexibilização, de modo que o trabalho familiar passa a ser apropriado pelo capital global dos impérios agroalimentares (Ploeg, 2008; Filgueiras, 2013; Lima, 2015, Santos, 2022).

De acordo com Filgueiras (2013), a integração reduz os custos com mão de obra, isenta as empresas do pagamento de direitos trabalhistas e resulta em trabalhadores mais disciplinados e submissos ao capital.

A produção de frango de corte, no sistema integrado adotado pelos agricultores familiares, é uma das formas encontradas para a reprodução social no espaço agrário e, para muitos, constitui uma alternativa ao desemprego (Santos, 2022; Cruz, Teixeira e Pavan, 2015). Existem aqueles que se recusam a se inserir nesse processo de integração e buscam trabalhar com o cultivo da mandioca, pequenas criações de animais e produção para autoconsumo. Alguns desses agricultores familiares mantêm vínculos organizativos em associações comunitárias e movimentos sociais.

Para os impérios alimentares, a produção integrada tem como objetivos a terceirização da produção, a redução de custos com mão de obra e serviços e a diminuição da necessidade de imobilizar capital em infraestrutura (galpões, equipamentos e instalações) e terras. Essa estratégia amplia a capacidade de expansão ou de deslocamento para outras regiões, uma vez que permite maior apropriação de capital e reduz o volume de capital imobilizado.

Antes da integração, as empresas e fazendas contratavam trabalhadores para atuar na produção de frango de corte. Esses trabalhadores tinham horários de trabalho definidos e seus direitos trabalhistas garantidos, como férias remuneradas, décimo terceiro salário e previdência social. No entanto, observou-se que a taxa de mortalidade das aves é menor no sistema integrado com agricultores familiares, quando comparada àquela verificada no trabalho assalariado, em razão do cuidado mais intensivo exigido nos primeiros dias de vida das aves (Santos, 2022; Lima, 2015).

A ausência do devido descanso no trabalho passa a ser uma regra, especialmente quando chegam novos lotes. No sistema manual, esse processo exige maior cuidado. Um dos agricultores entrevistados relatou dormir no galpão nos primeiros dias após a chegada dos pintainhos, a fim de monitorar a temperatura, a alimentação e a aplicação de medicamentos. Isso resulta na falta de tempo para acompanhar atividades comunitárias e religiosas. Esses relatos evidenciam as condições precárias de trabalho às quais esses sujeitos estão submetidos (Pertille, 2001; Santos, 2022).

O governo do estado da Bahia, após anos de omissão em relação à inclusão dos agricultores familiares na cadeia produtiva de galináceos (frango de corte e poedeiras), de forma independente, tem investido timidamente na produção e comercialização direcionadas às organizações produtivas da agricultura familiar, associações e cooperativas (CAR, 2025).

5. Considerações finais

A atuação dos impérios alimentares, por meio de seus agentes territoriais e locais de implementação deste modelo globalizado de produção, industrialização, distribuição e consumo, articula-se na monopolização de ligações complexas no setor privado e estatal, desenvolvendo legislações, regulamentações e formulações de políticas públicas destinadas a atender esta complexa cadeia do setor alimentar global. A exemplo no Brasil, do Pronaf, que é utilizado para financiar as produções integradas de frango de corte e outras cadeias produtivas, induzindo a inserção dos agricultores familiares a esta modalidade produtiva por meio do financiamento do crédito público.

O caráter monopolista dos impérios alimentares a nível global manifesta-se tanto no controle das tecnologias agro-industriais, impondo matrizes, regras e punições. No campo da comercialização, estabelece um gerenciamento dos preços, da logística e do acesso ao mercado,

obrigando os consumidores a um regime alimentar padronizado, de baixa diversidade e valor nutricional, o que coloca em risco a segurança e a soberania alimentar e nutricional.

A integração dos agricultores familiares na produção de frango de corte no município de Cachoeira, é estabelecida a partir da subordinação, precarização do trabalho e assalariamento disfarçado de pejetização, caracterizando-se como apropriação da mão de obra dos agricultores familiares pelo capital global.

O processo de minifundiarização no espaço agrário de Cachoeira, que é um reflexo da concentração fundiária, a descapitalização, a desarticulação de espaços alternativos e a possibilidade de ganhos econômicos dos agricultores familiares na produção integrada de frango de corte, são elementos que favorecem a adesão a este modelo.

O exposto nos resultados e na análise refletem como os impérios agroalimentares exercem o controle interescolar, do global ao local, homogeneizando o espaço e fragmentando as relações para garantir seus interesses econômicos nas estruturas públicas e privadas. Além disso, evidência as condições de exploração e dependência às quais estão submetidos os agricultores familiares que trabalham com a produção integrada de frango de corte.

A produção integrada representa a exploração vil do capital à agricultura familiar, transformando o modo de vida, a cultura e a sociabilidade. É papel do Estado, em conjunto com os movimentos sociais, construir alternativas a esses monopólios, com produções livres de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas. É necessário garantir políticas de compras públicas e preços mínimos para os produtos da categoria, bem como criar e ampliar políticas públicas já existentes como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos, do governo federal, e o Programa de Criação de Galinhas Caipiras, do governo do estado da Bahia.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural, **Anais**. Brasília, DF, 1997.

BAIARDI, Amílcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, supl. 1, p. 45-62, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600003>. Acesso em: 7 abr. 2026.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/fals-borda-aspectos-teoricos-da-pesquisa-participante--pdf-free.html>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 25 set. 2024.

CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional). Parceria entre Governo do Estado e Consórcios Públicos intermunicipais amplia oportunidades no rural da Bahia. Disponível em: <https://www.car.ba.gov.br/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2331>. Acesso em: 6 nov. 2025.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 2, e233766, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233766>. Acesso em: 11 nov 2025.

CONCEIÇÃO, Edney. **Territorialidade da avicultura de corte na Bahia: o sistema integrado de produção avícola nos municípios de São Gonçalo dos Campos e Conceição da Feira – BA**. 2007. 303 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CRUZ, João Paulo Pereira da; TEIXEIRA, Telma; PAVAN, Frank. Sistema integrado de produção de frango de corte na região do Paraguaçu. **Revista Perspectiva Online**, Campos dos Goytacazes, v. 16, n. 6, p. 1-11, 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 mai. 2025.

EMBRAPA. Estatísticas: frangos de corte. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2025. Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Novas/velhas formas de organização e exploração do trabalho: a produção “integrada” na agroindústria. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 230-245, 2013.

FUGLIE, Keith; MORGAN, Stephen; JELLIFFE, Jeremy. Mudanças globais na produção agrícola, produtividade e uso de recursos ao longo de seis décadas. Washington, DC: United States Department of Agriculture, **Economic Research Service**, 2024. Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/>. Acesso em: 10 mar. 2026.

GARCIA, Danilo Prado Filho. **Análise-diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico**. Brasília: INCRA/FAO, 1999.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. Censo agropecuário 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2024.

LIMA, Gerinaldo Silva. **Integrados ou independentes? Um estudo acerca das relações de produção na avicultura do Recôncavo da Bahia.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2015.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREZ-CASSARINO, Julian; BOSA, Antônio Jairo; SIMÕES-RAMOS, Alessandra Grazianne. Impérios alimentares. In: DIAS, Alessandra. Pessoa. *et al.* **Dicionário de agroecologia e educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 447-454.

PERTILE, Noeli. **Marcas da “integração” na agricultura familiar de Quilombo, SC.** 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SANTOS, Jánderson Santana. **Questão agrária no município de Cachoeira-BA.** 2022. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 3-1–3-20, 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, Adriana Dias de; SILVA, Valcilene Rodrigues da. Impérios alimentares e segurança alimentar: as contradições da relação produção-consumo na Comunidade Morrinhos, Santa Luz/PI. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v. 2, n. 1, p. 45-65, 2020.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 4., 2002, Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit>. Acesso em: 10 out. 2025.